

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 13-3-2017.

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Paulo Brum, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Michael Santos dos Santos, representando o Instituto de Integração Social – IIS –, que discorreu sobre a duplicação da antiga Avenida Tronco e serviços. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Idenir Cecchim, Adeli Sell, Tarciso Flecha Negra, José Freitas, Cassiá Carpes, Airto Ferronato e Luciano Marcantônio manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Luciano Marcantônio. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais sobre o tema em debate, a Michael Santos dos Santos. Após, por solicitação de Adeli Sell e Felipe Camozzato, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Heriberto Back e a Lucas Zuch, respectivamente. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Comandante Nádia e Dr. Goulart. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, André Carús, em tempo cedido por Comandante Nádia, Dr. Goulart e Cassiá Carpes, este em tempo cedido por João Carlos Nedel. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Moisés Maluco do Bem, Mauro Pinheiro, Rodrigo Maroni, Adeli Sell, Comandante Nádia, Tarciso Flecha Negra e Cláudio Janta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 028/17, discutido por Cassiá Carpes, Rodrigo Maroni e Dr. Thiago, o Projeto de Resolução nº 002/17, este discutido por Reginaldo Pujol e Cassiá Carpes, e o Projeto de Resolução nº 003/17, este discutido por Reginaldo Pujol, Idenir Cecchim e Cassiá Carpes; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 231/16, discutido por Reginaldo Pujol. Também, foi registrada a presença de Marília Fidell, suplente. Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto de Integração Social – IIS, que tratará de assunto relativo à duplicação da antiga Av. Tronco e serviços. O Sr. Michael Santos dos Santos, associado do IIS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. MICHAEL SANTOS DOS SANTOS: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoal que nos assiste pela TVCâmara e povo presente da região da Grande Cruzeiro, que hoje veio conosco a esta Casa para tratar de um tema muito importante e valioso para a nossa região.

Sou da Coordenação do Fórum dos Delegados do Orçamento Participativo, da Associação de Moradores da Vila Tronco Postão, do GT de Obras da Tronco, criado pelo governo municipal, em 2010, a partir de um decreto. Estamos lá na Tronco Postão, na Grande Cruzeiro, nas vilas do Cristal e também da Glória, que são atingidas por este projeto de duplicação, construindo junto com o governo municipal as alternativas para resolver o problema das famílias atingidas pelo traçado da via.

São 751 famílias beneficiadas pelo bônus-moradia e 258 por indenizações, que totalizam já 1.009 famílias beneficiadas pelo projeto de duplicação da nova avenida Tronco. Temos 322 famílias em aluguel social, algumas delas já há quatro anos; e nós temos em torno de 180 famílias que aguardam a resolução do seu problema. Dessas 180 famílias que aguardam, mais de 40 famílias abriram algum tipo de processo junto ao escritório do DEMHAB local. São famílias que estão aguardando o pagamento da sua indenização ou do bônus-moradia, que há muito tempo foi interrompido. O último pagamento foi feito ainda no mês de dezembro. E a Grande Cruzeiro não precisa falar daquele trecho de obras, aliás toda a Grande Cruzeiro é um grande canteiro de obras, tem as suas complicações. Depois das chuvas de janeiro, que afetaram toda a nossa Cidade, mas especialmente massacraram as nossas calçadas e ruas, é muito buraco, é esgoto a céu aberto, prejudicando toda região, em especial aquela bacia que se formou na altura do supermercado Pezzi da Cruzeiro e aquela área atrás do Posto de Saúde da Cruzeiro, que ficou toda esburacada e virou até matéria de TV, em vários programas, e de jornais.

Queremos que a Prefeitura retome o início daquelas obras, o pagamento das famílias, que estão numa situação extremamente precária. Os Vereadores deveriam fazer uma agenda lá na região e ver a condição dos postes, por exemplo, que estão caindo; casas trincadas. A chuva contribuiu muito para prejudicar ainda mais a situação de uma comunidade que vive, hoje, cerceada pela violência. O Governo Municipal – sabemos que é um novo governo – manteve os mesmos agentes, que permanecem. Quem tratava da questão da Tronco não é um elemento novo, não é uma pauta nova. É necessário que o Governo Municipal priorize aquelas famílias que estão em situação de calamidade. Eles não pediram para sair.

O projeto é importante para a Cidade, e nós temos o entendimento de que é importante para nós também, porque é um projeto que vem para qualificar a região. Onde já está concluído, basta circular para ver que as famílias começaram a fazer as suas melhorias, começaram a construir, refazer, reformar as suas casas. Novas atividades econômicas e comércios foram criados, gerando emprego e renda para essas famílias lá da Cruzeiro. Depois de concluída, será extremamente importante para a Cidade.

É importante ressaltar que o Governo Municipal qualificou a relação conosco, com os atingidos lá pela duplicação, com as lideranças locais, com a instalação, em 2012, do escritório da Tronco. Ele é de extrema importância para o diálogo, facilitou a vida dos atingidos, no sentido da relação com o Poder Municipal para encaminhamento dos seus processos, abertura de processos de aluguel social, bônus-moradia, indenização. Tem que ressaltar o fator positivo que teve o Governo Municipal em criar o Escritório. Precisamos fazer o diálogo com o novo Prefeito. Precisamos, enquanto região, enquanto comunidade, ter acesso ao novo Prefeito, porque eu acho que um pouco disso é falta da compreensão, da importância e da questão social dessa avenida para a nossa região. Tivemos uma ótima acolhida no início deste Governo pela Secretária Fátima Paludo, ela nos recebeu e esteve duas vezes lá na região, fora as vezes que ela abriu as portas do seu gabinete para nos receber e poder estar ali passando as informações em relação à Tronco/Postão. O Secretário Ramiro Rosário esteve lá também por duas vezes, dois finais de semana, e fez um trabalho para amenizar a questão do lixo, do mato que estava tomando conta da nossa avenida. Assim como o Secretário Elizandro Sabino fez um grande trabalho, um esforço para tapar aqueles buracos que ficaram famosos no programas de TV, crateras de mais de um metro e meio que estavam penalizando os moradores, colocando-os em risco. Mas tem muita coisa para fazer ainda. Ainda tem tampas de bueiro a céu aberto, tem situações de risco, esgoto a céu aberto, tem muita coisa para ser feita ainda, calçadas a serem reconstruídas. A obra tem que ser retomada. A construção das unidades habitacionais em terrenos indicados por nós tem que ter um início. Se o Poder Público Municipal está com dificuldade para fazer isso, retome as reuniões conosco, com a comunidade, com as lideranças, porque nós temos propostas e sugestões para resolver isso. (Palmas.) Se o Poder Municipal não sabe fazer, está com dificuldade, que nos procure! Estamos à disposição, Prefeito Marchezan, se estiver nos ouvindo neste momento, ou vendo, estamos abertos para construirmos juntos, sim, a melhoria lá na região. Tem que resolver os problemas dos comerciantes atingidos, aqueles que têm atividades econômicas e não serão comportados no Centro Popular de Compras e Serviços, que nós indicamos para o Prefeito, gravado em audiências públicas, sugestão nossa, que tem que sair do papel, ao lado do futuro Terminal Cristal. Serralheria, marcenaria, oficina, onde esse povo vai continuar sua atividade econômica, João? É essa a pergunta que nós fazemos ao Poder Público municipal. Tem que retomar o diálogo, nós temos sugestões para isso, espaços para lazer. Nós perdemos os campos de futebol, mas temos praças, temos lugares que têm de ser qualificados para suprir o que a avenida nos tirou, com relação às questões de esporte e lazer. Nós temos a preocupação que talvez esse

governo não tenha com relação à ocupação dos terrenos que nós indicamos. São nove terrenos públicos e destinados para as unidades habitacionais para as famílias atingidas pela duplicação. Elas não estão sinalizadas e estão sujeitas a serem invadidas. O Poder Público tem de sinalizar, o Poder Público tem de garantir que essas áreas não sejam invadidas e que sejam para construir a unidade habitacional desse povo que está aqui aguardando. Os empreendimentos sociais, gravados em audiência pública da Câmara de Vereadores, lá no Cristal, relativos ao empreendimento da Multiplan. A comunidade, as associações se organizaram e gravaram suas demandas, e a Prefeitura - está gravado no termo de compromisso - tem de fazer, esperamos que o Prefeito...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. MICHAEL SANTOS DOS SANTOS: ...esperamos que o Prefeito Nelson Marchezan cumpra, legitime o que está gravado em audiência pública, que são as demandas sociais que vão levar reformas, ampliações nas entidades para tratar e cuidar melhor dos nossos jovens e adolescentes. Quem conhece a Cruzeiro conhece a situação que nós estamos vivendo de violência, de guerra urbana, e somente o trabalho social e a parceria pública com as lideranças, com as entidades locais vão proteger os nossos jovens e adolescentes desse risco permanente lá na nossa região. Queria agradecer pela acolhida a todas as pessoas presentes, Vereadores e Vereadoras, pessoas lá da Prefeitura da região do Centro Administrativo e do Escritório da Tronco. E vamos em frente, tem muito trabalho para fazer, e a gente conta com a presença dos Vereadores lá, com a participação e com o auxílio desta Casa, para a gente fazer as transformações que a Cruzeiro precisa. Um abraço aos companheiros da Glória que também aqui estão presentes prestigiando e na luta conosco. Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos o Sr. Michael Santos dos Santos a fazer parte da Mesa. O Ver. Idenir Cecchim, está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente; Michael, estou feliz que tu estejas aqui ocupando a tribuna. Estava dizendo para o Ver. Adeli Sell, junto com a comunidade você está interessado na solução do problema. Não deixou que os aventureiros fossem lá se apresentar como salvadores da Pátria. Queria cumprimentá-lo por isso, independente de partido, independente de quem está no Governo. Isso é uma demonstração de liderança comunitária. E mostra que você não veio sozinho, veio com uma comunidade inteira aqui. (Palmas.) Isso mostra a boa-vontade, a vontade de fazer. Tenho certeza de que o Prefeito, o Secretário, a Secretária Fátima Paludo vão ouvir esta

mensagem e vão trabalhar para resolver o problema da Vila Tronco, que está na hora, já passou da hora. E se está gravado, vamos fazer cumprir. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Ver. Cassio Trogildo, meu caríssimo Michael Santos dos Santos, comunidade da Vila Tronco, da Grande Cruzeiro, uma saudação muito especial. Como já disse o Ver. Idenir Cecchim, acho que a comunidade, de uma forma madura e responsável, vem a esta Casa para fazer uma demanda mais do que justa. É tão justa que três Secretários e um Diretor estiveram lá, em 12 dias, um deles, o Ramiro, esteve duas vezes conosco na comunidade. Outros devem ir, outros devem circular pelas nossas comunidades, Sr. Presidente, porque dessa maneira as pessoas vão saber exatamente o que está acontecendo e qual é o problema. E a principal questão que eu vejo agora é a continuidade do escritório aberto, recebendo as pessoas para concluir a obra para que as pessoas tenham uma casa para morar, conforme os projetos aqui. Inclusive, me sinto feliz porque mais de 700 famílias usaram o bônus-moradia, que é um projeto de lei de minha autoria. Espero que os outros Vereadores se somem a esta comunidade, para que a gente possa ver essas questões. Para concluir, já dei um toque para o Vereador do PSDB e agora vou falar com o Líder do Governo para que atentem para a sua fala. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, estou aqui dando parabéns pela tua fala, por todos aqueles que lutam juntos para ter uma Cidade digna para os seus filhos e para os seus netos. Como tu disseste, é importante ter áreas de lazer, áreas de moradia. O que é isso, gente? Eu peço, e estou aqui como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, para que este País dê este pouco para a gente ter justiça, para a gente ter tranquilidade, menos violência, pois não somos ouvidos. Então, na sua fala da área de lazer, eu, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, junto com os nossos membros – a Ver.^a Sofia, o Ver. Freitas, o Ver. Alvoni, o Ver. Matheus e o nosso Vice Ver. Pujol -, a gente vai fazer questão de fazer esta visita. Vamos lá visitá-los, ver e cobrar. Cobrar do Poder Público para que dê uma olhada com mais carinho, porque esse povo precisa de ajuda. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOSÉ FREITAS: Presidente Cassio, Michael, quem te conhece sabe da tua luta por toda a comunidade da Grande Cruzeiro. Então, quero te parabenizar, a comunidade está se esforçando junto contigo (Palmas.) e veio aqui pessoalmente, engajada nesta luta. Nós conhecemos toda a problemática desta obra que, na verdade, está parada, e eu quero dizer para ti, em nome do Ver. Alvoni Medina – somos do PRB -, que nós queremos nos somar a ti, juntos nesta luta. Pode contar conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Em nome do nosso partido, o PP, quero saudar o Michael, acho que é muito importante tua vinda aqui. Nós dois, aqui, somos vizinhos de vocês, moramos em Teresópolis, e realmente aquela obra é muito importante para a Cidade, desafoga o trânsito, dá uma capacidade humana muito grande para vocês, mas nós sabemos, e os moradores também, que o Governo está recém começando. Eu sou componente da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos, nós ficaremos abertos ao diálogo, queremos ajudar, entendemos que é muito importante para vocês a valorização do ser humano que mora ali. Estamos junto com vocês, parabéns pela iniciativa, sem radicalismo dá para fazer muita coisa boa ali, e tenho certeza de que essa obra acontecerá e vai dar uma conotação bem diferente àquela região, vai desafogar a Cidade e vocês viverão com muita felicidade naquela região. Parabéns pela luta e estamos juntos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente; nosso amigo Michael, que está conosco, quero te trazer um abraço e registrar que tu tens uma história de algumas décadas de luta, eu conheço bem, e nessas lutas tu tens vindo com uma frequência bastante intensa aqui na Câmara, e isso vem de muito tempo. Também quero te parabenizar, porque, quando vens aqui, sempre tens conseguido trazer pessoas da comunidade, e isso demonstra, primeiro, a tua liderança e, segundo, o empenho que todos vocês têm na busca de alternativas de soluções de problemas lá na região de vocês, e – por que não? – isso se estende pela Cidade toda. Então, quero trazer um abraço para ti e para todos que estão conosco na tarde de hoje.

Quero registrar, como falou o Ver. José Freitas, que nós temos aqui uma frente independente de oito Vereadores, e nos colocamos à disposição da comunidade. Eu sou membro da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento da Câmara – eu estava conversando agora com o Ver. Idenir Cecchim, que é o nosso Presidente –, e também podemos pensar em uma reunião na Comissão, porque há uma questão ali de entendimentos de outras causas, mas também financeira. Então, estamos juntos, falo em meu nome, Ferronato, e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, após, prossegue a sua fala em Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meu amigo, parceiro, Michael, grande liderança da Grande Cruzeiro, pela afinidade, pelo compromisso histórico que o Partido Trabalhista Brasileiro - falo aqui em nome da minha bancada - tem com as causas sociais, principalmente, com as pessoas que mais precisam, não poderia deixar de usar o tempo de liderança da nossa bancada para registrar, com muito orgulho e muita honra, este momento em que as famílias da Grande Cruzeiro estão aqui para, mais uma vez, colaborar com o órgão público para agilizar essa obra que tem grande impacto social. Sinto-me à vontade, porque fiz parte determinante desse processo. Em 2013, quando assumi a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, no início foi uma construção complexa, mas que uniu as pessoas certas: DEMHAB, Gabinete do Prefeito, SMOV, Secretaria de Gestão, o Secretário Urbano Schmitt, e, principalmente, vocês das comunidades, por meio do Orçamento Participativo. Nós da Bancada do PDT e o Presidente da Câmara de Vereadores, o Ver. Cassio, temos o compromisso, cada vez mais, de fortalecer o comitê, o grupo de trabalho que foi formado com os representantes da comunidade, quando nos reuníamos duas vezes por semana para debater esse assunto tão importante que envolve mais de 1500 famílias. Poucos acreditavam que sairia do papel. mas saiu. As obras viárias começaram a acontecer, foi montado um escritório para agilizar os processos de maneira com que houvesse, sim, o desenvolvimento da Cidade, mas com justiça social. Não faltou diálogo com nenhuma família que saiu concordando e consciente. Isso é muito importante frisar. O que nós temos que fazer? Temos que dar continuidade, dar sequência a esse processo vencedor, que enfrentou algumas críticas da oposição, críticas construtivas, enfrentou também alguma resistência e falta de compreensão de parte da sociedade. Mas é um projeto vencedor, que hoje tem o apoio, talvez unânime, dos Vereadores aqui da Casa, como tinha na gestão passada. E acredito muito que a Secretária de Desenvolvimento Social, pela competência e pelo compromisso social, vai, como já tem feito, se integrar a esse processo, assim como o nosso Secretário Elizandro está integrado, assim como o Ramiro e assim como nós Vereadores daqui. Eu tenho certeza e convicção de que o Prefeito Marchezan tem informações do que está

acontecendo, está respaldando a Secretária Paludo, está respaldando o Secretário Elizandro, vai dar sequência, com qualidade, a esse processo. Podemos, sim, ter que fazer alguns ajustes, isso é do contexto econômico brasileiro, que infelizmente, vocês não tem culpa nenhuma disso, é culpa da elite econômica, é culpa da elite política, é culpa de muita gente, mas menos da população, que não pode ser sacrificada, e para isso nós vamos estar, como eu estou, desde 2013, ao lado de vocês.

Eu tenho certeza, Michael, que a tua luta e a luta de grandes líderes da região serão definitivas para darmos sequência a esse processo. Tenho certeza de que o Prefeito Marchezan e os Vereadores daqui serão extremamente colaborativos nesse processo. Eu tenho certeza de que o Centro Administrativo Regional, o CAR Cristal, o CAR Cruzeiro, também vão continuar apoiando. Como falei, se for necessário teremos que fazer alguns ajustes, diminuir um pouco alguns investimentos, mas não podemos parar e temos que priorizar aqueles mais excluídos, aqueles que estão esperando na fila, como tu falaste, companheiro Michael.

Eu quero dizer que vocês estão aqui na Câmara de Vereadores, na Casa de vocês, com certeza, e é assim que devem funcionar os movimentos sociais e as grandes decisões na nossa Cidade. Aqui é a Casa do Povo. Muito obrigado e contem com o PTB nessa batalha justa e nobre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Michael Santos dos Santos está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. MICHAEL SANTOS DOS SANTOS: Queria agradecer pela manifestação dos Vereadores e Vereadoras desta Casa, a gente tem a convicção, a certeza de que esta Casa tem a compreensão da importância social desse projeto para a Cidade e tem a convicção de que entende a questão social desta Casa em relação ao projeto de duplicação da Tronco. Nós tínhamos situações, para quem não sabe, de famílias que moravam cinco, seis, em uma única casa e que tiveram a oportunidade de ter a sua unidade habitacional, comprar a sua casa, fazer o desempilhamento que existia a partir desse projeto, e só esse projeto oportunizaria isso para a região popular como a nossa da Grande Cruzeiro. Queria dizer da nossa preocupação com o início da construção das unidades habitacionais. Os terrenos estão lá, quero deixar frisado, mais uma vez, nós temos sugestões para apresentar ao Governo de como fazer sem a dependência do Minha Casa, Minha Vida, que, na nossa opinião, acabou, apesar de o Governo Temer dizer que vai ter continuidade, mas não se ouviu falar em contratação de uma única unidade habitacional no País desde o início deste Governo, além da publicidade, meramente publicidades. E é essa a nossa preocupação, são muitas famílias recebendo aluguel social, são muitas famílias ainda que precisam resolver a sua situação, e a gente não pode protelar. A gente sabe que é um Governo que está iniciando, um novo Governo, mas a gente tem, sim, pessoas desse novo Governo que estavam no velho e têm a condição de tocar. É até lamentável, Presidente Cassio

Trogildo, o não retorno do Everton Braz lá para o DEMHAB, fazendo justiça, Luciano, da importância que teve, quem foi o capitão do início desse processo, lá em 2012. Aqui nós temos o Secretario Adjunto Marcos Botelho, que foi importante nesse processo todo, que não está nesse processo, mas que certamente poderia dar sua contribuição também. Se possível for, Marcos, dê sugestões para resolver as questões lá da Tronco. Também queria dar uma saudação à companheira Bernadete, que é do GT de obras da Tronco; ao Paulo Jorge, que não está aqui; ao pessoal do FROP; conselheiros, delegados, lideranças, presidentes, associações da Tronco Postão que construíram esse processo conosco, ao longo desses últimos anos em que iniciamos o processo da duplicação da Tronco.

Eu também queria dizer a vocês o seguinte: nós temos urgência em resolver algumas questões, em especial, a do povo que tem comércio e que ainda está no leito da avenida e que não saiu por falta de alternativa. Vou insistir nisso, nós temos marceneiros, serralheiros que não sabem o que vai ser das suas vidas depois de amanhã. Precisam manter o sustento da sua família, precisam da área. Existia um acordo firmado com o Governo anterior. Esse tipo de atividade econômica demandaria a realocação em algum lugar, nas ditas nesgas. Não havendo as ditas nesgas para colocar esse povo, o que o Governo Municipal vai propor para essas famílias que têm que continuar com seu sustendo? Essa é a grande pergunta.

Nós temos a questão do Centro Popular de Compras e Serviços, gravada em audiência, e as consequentes demandas sociais que foram acordadas também lá na região para viabilizar esse empreendimento. Os acordos têm que ser concluídos, têm que acontecer!

Como eu não queria me estender demais, então, agradeço a oportunidade. Digo para vocês da importância da permanência do escritório da Tronco na relação com a comunidade de lá, e que este Governo não retroceda, que avance na condição de qualificar ainda mais o diálogo, que dê condições às pessoas que estão lá na ponta construindo conosco as alternativas para o povo e para a conclusão dessa via. Não é a conclusão da via que nos interessa e, sim, a situação dos moradores que precisam desses apartamentos ou unidades habitacionais nesses terrenos que indicamos para a Prefeitura fazer. Os comerciantes necessitam continuar com sua atividade econômica e da qualificação necessária com a urbanização dessas vias que dão acesso à nova avenida. Muito obrigado a todos. Tenham um bom trabalho, Vereadores e Vereadoras. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença da suplente de Vereadora do PTB Marília Fidell, que nos acompanha nesta Sessão. Agradecemos ao Instituto de Integração Social, com o tema da duplicação da Av. Tronco; ao Michael Santos, que foi porta-voz da comunidade e a todos vocês, que nos acompanharam nesta tarde.

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Queria aproveitar para prestar uma homenagem ao ex-Vereador Heriberto Back, falecido nesse final de semana, que tinha uma ligação profunda com essa comunidade e com a Glória. E, também, ao seu Cantídio, um líder do Orçamento Participativo lá da Lomba do Pinheiro. Queria prestar uma homenagem a essas duas figuras ímpares de nossa Cidade.

O SR. FELIPE CAMOZZATO (Requerimento): Queria agregar a essa homenagem o falecido nesse final de semana, o empreendedor, surfista e amigo Lucas Zuch, que estava à frente da Surfari, uma iniciativa que estava promovendo a cultura do surfe em todo o Brasil, com início aqui no Rio Grande do Sul, que teve uma morte trágica.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde aos colegas Vereadores; boa tarde ao nosso Presidente; hoje, nesses quinze minutos que tenho aqui à disposição, nesta tribuna, gostaria de falar sobre dois assuntos distintos. Primeiro, terá seu grande ápice, no domingo, às 15h, no Parcão, um grande movimento do Armas pela Vida. Um momento em que os gaúchos, os porto-alegrenses se reunirão para exatamente dizer que querem suas armas de volta, para dizer que, sim, o cidadão tem o direito de defender a si mesmo e à sua família. Muitos são os pontos negativos levantados pelos desarmamentistas, aquelas pessoas que não querem que as armas estejam nas mãos das pessoas de bem. Isso faz com que a gente pense por que hoje as pessoas de bem não podem ter suas armas? Por que hoje as pessoas de bem não podem proteger as suas famílias? Temos que dizer basta, queremos ter segurança. Hoje, o Estado está, muitas vezes, sufocado pelas tantas demandas que acontecem na questão da segurança pública. E nós, nesses 28 anos de trabalho dentro da Brigada Militar, sabemos que é necessário, sim, ter uma barreira para essas pessoas poderem se proteger. São pais de família, são empresários, são produtores rurais que têm suas casas, muitas vezes, invadidas, com a certeza dos criminosos que, ao entrarem ali, não terão ninguém para barrá-los, não terá nenhuma pessoa armada para fazer frente àquela bandidagem. Muitas vezes, dizem que o perigo é a arma, que a arma mata; caros Colegas, a arma não mata ninguém, puxar o gatilho é que mata alguém. Pessoas preparadas pelo exame psicotécnico, pessoas preparadas com técnicas, com cursos vão ter mais condições de fazer frente à bandidagem que existe hoje. Sobre o que falam que arma dentro de casa é algo que vai

ser prejudicial, um problema por conta das crianças, digo a vocês que hoje a estatística diz que morrem muito mais crianças afogadas em piscinas das casas do que com tiro acidental de arma de fogo. Então, vamos ter que cancelar as piscinas dentro das casas, porque se elas são um problema por que estão morrendo crianças dentro delas? Morrem muito mais crianças tomando detergente, o que é algo muito mais fácil de se encontrar dentro das casas, do que arma de fogo. A arma de fogo tem a capacidade de impor uma barreira, de dizer para quem está do lado dos criminosos; “Aqui você não entra, porque aqui eu posso me proteger”. Digo para vocês que é importante que nós, porto-alegrenses, nos posicionemos, assim como fizemos na ocasião do plebiscito, e fomos esquecidos, ninguém nos deu bola: 87% de porto-alegrenses e 80% de gaúchos disseram não, que não queriam o desarmamento - dessa vez queremos ser escutados. Digo a vocês também um outro dado importante: em 28 anos de Brigada Militar, não lembro de ter encontrado, em local de crime, alguma pessoa com porte de arma regular, com sua arma registrada, cometendo algum tipo de crime; o contrário a gente vê toda hora. As pessoas que vão estar possibilitadas de ter sua arma vão ter uma arma de calibre 38 ou 380, no máximo. Não são esses tipos de arma que os criminosos querem; eles querem uma arma calibre 357, 9 milímetros ou um fuzil, uma submetralhadora. Nós estamos pedindo o mínimo! Estamos pedindo para que o cidadão tenha o direito de se defender. Por isso fica o chamamento aqui para que, domingo, às 15h, possamos todos estar unidos no Parcão dizendo: “Armas pela vida.” Nós não queremos o desarmamento.

A segunda parte da minha fala que quero compartilhar com os nobres Vereadores é sobre um artigo de um colega nosso da Brigada Militar que foi publicado no jornal Correio do Povo, do Capitão Oscar Bessi, no dia 11 de março, o qual achei muito interessante para que iniciemos esta semana fazendo reflexões. Escreve Oscar Bessi (Lê.): “Poucos sabem, mas a carreira dos oficiais da Brigada Militar, de nível superior, não admite promoções apenas pela intenção de promover. É preciso ser avaliado, qualificado e só então habilitado à ascensão. O capitão que deseja subir ao posto de major, por exemplo, passa por uma bateria de testes médicos, físicos e intelectuais, para aí frequentar um curso equivalente a um mestrado. Se aprovado, pode ser promovido. Para chegar ao posto máximo, de coronel, já é preciso passar por novo processo seletivo semelhante e frequentar um doutorado na segurança pública. Isto fora as inúmeras ‘pós’ durante a carreira nas áreas de policiamento ambiental, trânsito, comunitário, bombeiro, ensino, operações especiais e etc. Ou seja, o sujeito que quer subir tem que estudar muito, mostrar que tem condições de encarar provas de fogo e superá-las. Um grupo de capitães, homens e mulheres, está neste processo seletivo pelo sonho de ser major. Sem deixar os seus afazeres no *front*, já enfrentaram baterias de exames médicos e físicos. Até terça eu estava entre eles. ‘Veterano Bessi’, saudavam. É que sou de outra geração. Fui aspirante em 1994 e não há outro capitão da atualidade que tenha sido ‘aspira’ (eu devia estar exposto no Museu da Brigada). Esses capitães, de diversas partes do Estado, já são de carreira jurídica. Alguns eu nem conhecia. Mesmo assim me incentivavam, parabenizavam pelos textos no jornal Correio do Povo, um me contou que seu sogro, de Erechim, encaminha minhas colunas pelas redes sociais. Era

terça, cedo da manhã, e estávamos no Ginásio da BM para os testes físicos. A comissão avaliadora era presidida pelo Major Vitor Ruas, um fidalgo. Todos da comissão, aliás, traziam consigo essa aura leve, jovial e saudável que atletas e docentes de Educação Física têm. Estimulante. Há lições gigantescas que vêm de pequenas derrotas na vida. Eu queria ter sido aprovado, mas sabia não ter me preparado o suficiente. Depois de um desempenho mediano em abdominais e apoios, alguns metros de corrida me eliminaram. Tá, eu tive o azar de curtir o final de semana com a garganta estourada e febre. E talvez alguns reflexos dos problemas de saúde que me incomodaram nos últimos dois anos tenham me afetado. Mas eu poderia estar melhor. E me emocionou um capitão, nem sei seu nome, mas será uma honra se um dia for meu comandante, reduzir seu ritmo de corrida, me puxar pelo cotovelo e gritar: ‘Vamos, veterano Bessi! Vem comigo! Vamos conseguir juntos!’. Não deu. Mais tarde, porém, ao vomitar de tanto esforço, eu me sentia feliz. Pela união, pelo caráter e força de vontade daqueles que comandarão a Brigada daqui a pouco, que estarão à testa das batalhas por esta sociedade que pede esperanças contra o crime e a violência. Orgulho de vocês. Da chama acesa. E na próxima seletiva, prometo: o veterano não vai decepcionar.”

Aí que eu me refiro, caros colegas, nessa postagem desse capitão, nós vemos a retidão dos atos, nós vemos o caráter da pessoa. Vemos a responsabilidade pelos seus erros e a responsabilidade pelos seus acertos; e, nesta Câmara, infelizmente, nós vemos horrores acontecendo. Com essa leitura desse colega, eu digo: chega de populismo barato! Chega de colocar no outro a culpa de quem nada consegue! Chega de vitimização! Chega de dar desculpas ao criminoso, ao bandido, dizendo que ele é vítima da sociedade! Vítimas somos todos nós, que trabalhamos, que pagamos impostos, que assumimos compromissos e matamos no peito nossos fracassos e comemoramos nossas vitórias. Nós produzimos, através dos nossos empreendimentos, uma Porto Alegre melhor. Por isso, chega de mi-mi-mi.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais uma vez, as verdadeiras lutas anti-iluministas vêm acontecendo no nosso Estado e agora no nosso Município. Fiquei perplexo em saber que o Jardim Botânico está para ser fechado pelo Governo do Estado. Está para ser fechada uma série de pontos intelectuais, talvez até artístico-culturais, como veremos daqui a pouco. A parte iluminista está sendo abandonada, esquecendo-se de Diderot, autor de *Encyclopédie*; de Rousseau, que lutou pela liberdade; de Voltaire, com a máxima da democracia dizendo; “Não concordo com uma só palavra que dizeis, mas defenderei até a morte o direito de dizê-las”.

Então, essa era a inteligência que ocupava o mundo na época do enciclopedismo e do Iluminismo; a ideia do mundo era essa. E, agora, após algumas

centenas de anos, querem destruir esse caminho. E não é diferente com o que me surpreendeu muito, hoje de manhã, na conversa com as meninas que foram ao meu gabinete, falando sobre o mau momento por que passa o Tesourinha. O Tesourinha não é só uma homenagem àquele que foi um grande jogador de futebol da nossa terra, acho que qualquer ameaça àquele estrutura tão boa é um desaforo para a figura de quem levou o nome do Rio Grande do Sul e do Brasil dentro do esporte. Essa retirada do mando do Tesourinha para a Secretaria Municipal de Esportes nos preocupa sobremaneira, porque ataca um monte de coisas, não só a cultura, não só o nosso tipo de esporte, mas também a prevenção e a manutenção das doenças cardíacas, porque lá existem professores ensinando Educação Física para as pessoas, incluindo caminhadas importantes para elas. Mas, pasmem, está mais ou menos orientado para fechar. Conversando com o Ver. Bosco, que tem bastante conhecimento disso, diz ele para mim que acha que não vão fechar, que nem veio para cá ainda o projeto. Mas nós temos que, desde agora, se por acaso houver qualquer fala nesse sentido, nos unir, todos os Vereadores, nos agarrarmos todos e não deixarmos fechar o que está à nossa disposição, que é a nossa opinião sobre o Tesourinha. Lá acontecem esportes, lá tem ambulatório de fisioterapia criado pelo Ver. João Bosco Vaz, lá temos atendimentos e orientações médicas, temos ginástica para as pessoas que precisam se recuperar de algum mal físico e já melhoram o ar mental, porque se encontram, conversam, principalmente agora, para defender o Tesourinha.

Então, Sr. Vereadores, amanhã, vamos levantar uma frente em defesa dessa situação, fiquei sabendo agora quando entrei aqui. Mas acho que cada um tem que, depois, vir aqui, nos próximos tempos, e dar a sua palavra de defesa, que tem que ser unânime mantermos o Tesourinha. Se não conseguirmos dar palpite para o Jardim Botânico – e aqui eu digo: não fechem o Jardim Botânico! -, pelo menos, em âmbito municipal, nós temos como manter o Tesourinha. Lá na esquina do Tesourinha tem um monte de desocupados atirados pelo chão, bebendo álcool, se empurrando, se atirando, deitados em sacos, tudo isso na frente do Tesourinha. Que desrespeito, senhores, que desrespeito que vem acontecendo há muito tempo. Então, eu quero me reunir com todos os Vereadores, amanhã, quando nós formos fazer a frente parlamentar, e não deixar que a inteligência seja atingida, que a saúde seja atingida, que a cultura seja atingida. Viva o nosso ídolo Tesourinha, viva o Estádio Tesourinha! Não podemos nos esquecer de que cada palavra é muito forte para que o Prefeito se cuide e não deixe fechar o Tesourinha. Um beijo para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; demais colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão do dia de hoje. Inicialmente, Ver. Paulo Brum, Ver. Goulart, eu queria me solidarizar às vítimas infelizmente das fortes chuvas que aconteceram neste final de semana e que atingiram uma infinidade de Municípios em todo o Estado do Rio Grande do Sul, de modo especial aqui em São Francisco de Paula. Percebemos que as fortes chuvas, o vento, enfim, um ciclone, seja lá o que for, destruiu praticamente cinco bairros da cidade. Centenas, milhares de pessoas estão desabrigadas e numa situação, de fato, de calamidade pública. Nós, enquanto Deputados, Ver. Cassiá, viajávamos muito e percebíamos o quanto é difícil a vida no Interior, quando, de fato, acontece isso. Até decretar estado de calamidade pública, fazer o levantamento via Defesa Civil, mandar para o Governo Federal, o recurso demora 30, 60, 90 dias, e ali se tem que tomar atitude emergencial, para poder levar um pouco de dignidade às pessoas que ali estão com extrema necessidade. Portanto, deixo a nossa solidariedade, Ver. Thiago, ao povo gaúcho, aos Municípios que tiveram essa catástrofe, especialmente aqui em São Francisco de Paula.

Em Porto Alegre também acontecem alagamentos quando dessas fortes chuvas. Não foi diferente no Sarandi, na Grande Cruzeiro, em várias regiões da Cidade, e não se percebe algo que possa amenizar os diques, mais precisamente da região Norte. É preciso que a Casa, através das Comissões, dos Vereadores, através das iniciativas das Frentes Parlamentares possam, sim, pautar esse assunto, porque nós percebemos, a todo o momento, com essas fortes chuvas, que algumas regiões da nossa Porto Alegre também passam por extremas dificuldades, porque ali os cidadãos acabam perdendo praticamente tudo. Na Região Norte, bairro Sarandi, se percebe claramente os fortes alagamentos e as chuvas torrenciais, como aconteceu neste final de semana. Em apenas um dia choveu mais de 80% da previsão de um mês, por isso as chuvas foram muito fortes e ocasionaram grandes prejuízos. Não foi diferente, por isso ouvimos aqui a Tribuna Popular falar da Grande Cruzeiro, porque a obra que ali está em andamento criou certos transtornos, e, obviamente o DEP se faz ausente no acompanhamento desta dura realidade. E ali também qualquer forte chuva acaba ocasionado problemas gravíssimos não só no patrimônio das pessoas, mas, mais precisamente, na saúde das pessoas. Então, nós queremos nos solidarizar e dizer da enorme preocupação que a Câmara deve ter com relação aos serviços da Cidade e com relação à nossa função de fiscalizar e pedir a atenção das secretarias.

Eu creio que é uma medida muito salutar e queria fazer um apelo ao Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, e ao Vice-Líder Moisés, que podem não estar presentes agora, mas com certeza vão ouvir através de suas assessorias, de que possa ser trazida, para esta Casa, uma relação de todos os celulares do Secretariado, como também dos CARs. Porque à medida que nós estamos atuando de dia, de noite, fim de semana, nós teremos como dar uma certa assessoria e dizer para o cidadão que existe o secretário de tal secretaria que estará à disposição para poder, em situações gravíssimas como essa, resolver o caso com uma certa urgência.

Portanto, é uma simples iniciativa, Ver. Moisés, que o Secretariado mande o telefone dos Secretários para nós, Secretários Adjuntos, para que, num momento de grande preocupação, como aconteceu, no final de semana, da catástrofe das fortes chuvas, nós possamos ajudá-los e informá-los, e os Secretários mais ainda, para irem lá, com os Vereadores, com a comunidade, ver a possibilidade de obras emergenciais...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: ...É nesse sentido que nós queremos nos solidarizar com todas essas famílias e dizer que é de extrema importância a ação dos Vereadores, das Vereadoras e do Secretariado para estarmos juntos nesse momento de fortes chuvas e catástrofes que podem atingir a nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Comandante Nádia.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero falar aqui, utilizando o espaço de Comunicações, gentilmente cedido pela nossa colega que lidera a bancada neste mês das mulheres, Comandante Nádia, sobre um tema que foi, sem dúvida alguma, discutido e acompanhado por todos nós neste final de semana. E já antecipo aqui a minha solidariedade e a da nossa bancada ao povo e à comunidade de São Francisco de Paula, que foi severamente atingida pelos eventos climáticos deste final de semana.

Há uma grande rede de solidariedade no Rio Grande do Sul, de um modo geral, não só do Governo do Estado, mas dos Municípios vizinhos da serra gaúcha, para que São Francisco de Paula possa superar as dificuldades que foram enfrentadas em função do temporal da madrugada do último sábado.

Não foi diferente aqui em Porto Alegre, e, pelos dados que nós apuramos, a região mais afetada pelo temporal da madrugada de sábado para domingo foi a região da Zona Norte. Especialmente nessa madrugada, ao longo do dia de ontem e também hoje, muitas lideranças e moradores das comunidades da Nova Gleba, do bairro Sarandi, do bairro Mario Quintana, e também da região do Eixo Baltazar fizeram contato comigo e com o nosso gabinete relatando as dificuldades que passaram a enfrentar com o acúmulo das águas pelas chuvas que foram, sem dúvida nenhuma, muito fortes, e até mesmo superaram a previsão, em milímetros, da metade do mês. Então, foi, sem dúvida, um evento climático, não tão forte como aquele que enfrentamos em janeiro do ano passado, mas que influenciou negativamente essas comunidades. Então, solicito aqui que os órgãos da Prefeitura que se envolvem com este assunto – o DEP, o DMLU, a Defesa Civil – possam prestar assistência e possam

direcionar os serviços com prioridade para essas comunidades. Muitas famílias perderam pertences, móveis, muitas coisas que estavam dentro das suas casas porque as águas avançaram. Alguns serviços e a atuação do Poder Público municipal podem prevenir essas situações e também controlá-las. O desentupimento das bocas de lobo, os serviços regulares de limpeza urbana são exemplos disso. Nós encaminhamos hoje, Ver. Matheus e Ver. Moisés, que aqui integram a base do Governo, Pedido de Providências para esses órgãos, para que as ruas que foram mais afetadas possam ser atendidas nas suas emergências e também que se adotem medidas de prevenção para que novos eventos de fortes chuvas como este não causem novos transtornos. Peço aqui o apoio dos colegas que integram a base do Governo nesse sentido.

Por fim, quero aqui relatar que nós tivemos, na última sexta-feira, o início de uma série de reuniões com a rede pública de ensino que estamos fazendo no âmbito do Município. Esse é um conjunto de visitas organizado pelo bloco que nós integramos aqui na Câmara, formado por Vereadores independentes, Todos por Porto Alegre. Começamos essas visitas pela Escola Municipal Liberato Salzano Vieira da Cunha, no bairro Sarandi. Temos mais duas visitas já marcadas para esta semana, na quinta-feira, no bairro Rubem Berta, na Escola Municipal Porto Novo e também na sexta-feira, à tarde, na Escola Municipal Ver. Carlos Pessoa de Brum. A intenção é aprofundar o diálogo. E, ao término dessas visitas, ouvindo os professores, ouvindo os pais, os alunos, a comunidade escolar de um modo geral, queremos entregar ao Prefeito Municipal e também ao Secretário Municipal de Educação todas as contribuições a respeito daquelas mudanças que foram decretadas pela SMED que alteram a rotina escolar. Nós não podemos permitir que o diálogo, até agora - na opinião das comunidades escolares - não praticado como deveria, traga prejuízos ao andamento regular do ano letivo e também a convivência que existe no âmbito das escolas. Há uma angústia, há uma série de dúvidas, há uma série de problemas que foram detectados pelas comunidades escolares. E nós, certamente, vamos nos valer dessas contribuições para que o Prefeito, o Secretário de Educação, quando receberem o nosso material, possam refletir em cima dos temas que foram ali apresentados.

Trago aqui três temas de interesse local que, tenho certeza, movimentam o nosso cotidiano e estão na pauta e no olhar atento de todos os porto-alegrenses. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero agradecer ao Ver. Paulo Brum e ao Ver. Aldacir Oliboni, que me avisaram que eu tinha mais um espaço para falar. Como pouco tenho sido chamado para falar, fico contente de ter dois momentos para poder dar um recado para a nossa gente.

Primeiro, queria lembrar a vocês, ainda sobre a minha fala há pouco, que o Tesourinha é sustentado por uma associação, como o Ver. João Bosco Vaz me chamou a atenção. E eu peço a essa associação que, com a nossa ajuda, da nossa Frente, tenha um pouco mais de tolerância, que envie, no ano que vem, para o Orçamento, pedido de verba, de recursos, e que aguarde, quando melhorar a situação do Governo. E nós temos que melhorar, estamos aqui para ajudar, que as pessoas do Governo possam dar mais um pouco de recurso para o Tesourinha.

Mas eu queria falar, eu estava me preparando para falar para os senhores sobre câncer de colo de útero. Por que eu insisto em falar em câncer de colo de útero e o faço muitas vezes? Primeiro, porque o câncer de colo de útero é o único câncer que se sabe que se vai ter através de um exame. A gente sabe o que o causa o câncer de colo de útero, qual é a causa do câncer de colo de útero, a maioria dos outros cânceres a gente não sabe. Qual é a causa do câncer de colo de útero? É o contato com o vírus, vírus chamado HPV. Esse vírus, através da relação genital, se instala nos genitais masculinos e se instala nos genitais femininos. Tanto a mulher passa o HPV para o homem, como o homem passa para a mulher. E se alojando no colo do útero ele poderá evoluir para o câncer. No pênis já é mais raro, bastante raro. Então ele pode evoluir passando por uma fase chamada NIC I, neoplasia intracolo 1. O que significa? A senhora não tem câncer de colo de útero, mas poderá tê-lo daqui a três anos. NIC II, a senhora não tem ainda câncer de colo de útero, mas daqui a dois anos a senhora vai ter. NIC III, a senhora vai ter daqui mais ou menos um ano, um ano e meio, o câncer de colo de útero. E o que tem de melhor? A gente, sabendo dessa informação, faz uma microcirurgia, uma pequena cirurgia no colo do útero, tira uma manchinha que lá tem, que está dando resultado de NIC I, II ou III, e desaparece o problema de câncer para essa mulher. Pouca gente sabe disso. A Globo deveria fazer uma novela só tratando disso, Vereador-Presidente, só tratando desse assunto. Portanto o câncer ainda tem pouca cura, mas a prevenção do câncer de colo é absoluta, fazendo o exame uma vez por ano, entre um ano depois que a mulher tem a primeira relação sexual, até o fim de sua vida. Por que chamo a atenção disso? Porque o Ministério da Saúde manda a mulher fazer depois dos 20, 25 anos, e depois dos 50 não é para fazer mais. Está aqui para me salvar, nesta conversa, o meu querido Thiago Duarte, pois morrem muitas mulheres ainda de câncer de colo de útero. Lá no Fêmina e no Presidente Vargas nós temos vários casos de mulheres moças com câncer de colo de útero. É importante fazer o exame em todas fases da vida.

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Dr. Goulart, na verdade, V. Exa. é um mestre nessa área. E é por isso que a gente sempre tem dito que o Município precisa atuar para fazer com que doenças curáveis não se tornem incuráveis. E eu, hoje em dia, só vejo uma forma disso: a liberação, por parte das secretarias, para que os pacientes possam marcar sua consulta diretamente no hospital. Só dessa forma é que vamos evitar que o câncer de colo de útero se instale, e que a prevenção, mesmo que secundária, possa ser efetiva. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. DR. GOULART: Muito obrigado pelo aparte, isso é a verdade. Os hospitais mandam ir para o postinho, quando uma mulher chega com NIC II ou NIC III, e diz que não é com eles, mas ela não consegue ir ao postinho e se descuida. Daqui a pouco, ela chega de novo para nós já com sangramento, com feridas e já é o câncer de colo de difícil cura; até se consegue curar, mas é difícil. Então, temos de abrir as portas dos hospitais...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. DR. GOULART: ...para os preventivos de câncer de colo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente, Vereadores e Vereadoras, público que acompanha a nossa sessão no dia de hoje, percebendo que os próximos Vereadores não estão presentes, fiz questão de pedir a liderança, para nós continuarmos debatendo assuntos que são de extrema importância para a Cidade. Creio que o Ver. Dr. Goulart foi muito bem aqui na sua intervenção, falando de um tema que preocupa todos nós, os cidadãos.

Quero trazer aqui um outro tema que já, há um bom tempo, venho defendendo para a região leste de Porto Alegre, Ver. Dr. Goulart e Ver. Dr. Thiago. Nós, há muito tempo, estamos brigando por mais UPAs em Porto Alegre. Aqui, do lado da Cidade, em Canoas, tem quatro UPAs; em Porto Alegre, temos uma UPA. Portanto, para iniciar este debate sobre as UPAs, junto com os Vereadores da Comissão de Saúde, que estão aqui presentes – Ver. Carús, Presidente da Comissão; Ver. Moisés; Ver. Mauro; Ver. Freitas -, nós vamos fazer amanhã uma audiência pública no Centro de Saúde Murialdo, na região Leste, para debater esta reivindicação que, há muito tempo, tem sido feita pela comunidade. Na medida em que nós já ganhamos um terreno cedido pelo Estado, ao lado do São Pedro, em frente ao Instituto Forense, ao lado da Igreja São Jorge, não há por que, Ver.^a Nádia, nós não continuarmos brigando por isso. Lembro muito bem, quando estava aqui como Vereador, depois como Deputado Estadual, fizemos uma pressão no nosso Governo, e é real isso, a gente tem que fazer em todos eles, para conseguir esse terreno. Claro, o Estado foi sensível, através da Secretaria da Segurança, na época, o Secretário Michels, através da Susepe, acabou cedendo essa área para ser construída a UPA da região Leste. O então Prefeito Municipal de Porto Alegre, o Prefeito Fortunati - eu tenho os documentos, vou apresentar amanhã na audiência -, naquela ocasião, em 2014, dizia que, em três meses, isto é, em 90 dias, iniciaria a

construção da UPA do Partenon. Infelizmente não aconteceu. Então, não há por que, Ver. Carús, nós, amanhã, só discutirmos com a comunidade; temos que discutir a formação de uma comissão com a Câmara de Vereadores, o Governo Municipal, o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Distrital de Saúde e a comunidade, para buscar os recursos necessários para a construção da UPA e também outros recursos que possam ser necessários para a instrumentalização. Nós sabemos que isso é de extrema importância. Nós tínhamos no Brasil, no ano passado, final de 2016, 520 UPAs funcionando. Nós tínhamos mais 165 UPAs em processo de abertura, já concluídas e esperando para abrir. E tínhamos mais 275 UPAs em construção, totalizando, no Brasil, 960 UPAs. Esse é um programa extraordinário, porque a UPA faz, Ver. Cassiá Carpes, o meio de campo entre a unidade de saúde e a baixa hospitalar. Hoje, por exemplo, um cidadão que tem uma dor estranha, Ver. Dr. Goulart, pode pensar que é uma apendicite; ele não vai ao posto de saúde, ele vai a um outro instrumento de saúde, que pode ser a emergência de um hospital, porque ele, no seu pensamento, imagina que possa ser uma apendicite e que possa precisar de uma cirurgia. A UPA pode fazer a intermediação para conseguir, de um dia para o outro, um leito hospitalar. Portanto, nós não estamos falando na ampliação da rede básica – o que precisa, e estão faltando muitos médicos em muitas unidades de saúde –, nós estamos falando num instrumento público que é de extrema necessidade em todas as regiões da Cidade para fazer a intermediação com o hospital, com o leito hospitalar disponível. Nós sabemos que são muitas as ofertas aqui em Porto Alegre: Hospital da PUC, Hospital de Clínicas, Hospital Conceição, etc. Hoje nós só temos uma UPA, e quem faz a gestão é o Hospital Conceição, e nós queremos ampliar isso. Para a UPA região leste nós já temos a parceria firmada com o Hospital de Clínicas. O que nós precisamos é possibilitar a construção da UPA, porque, para fazer a gestão da UPA, o Governo Federal contribui, na UPA de porte III, com R\$ 500 mil mensais, o Estado com R\$ 250 mil e o Município com R\$ 250 mil. Portanto, é de extrema necessidade não perdermos a possibilidade de estar incluídos no programa do Governo Federal e, ao mesmo tempo, ter um instrumento que possibilitará o atendimento mais humanitário e capaz de atender à demanda da nossa Cidade. Convido todos os amigos e colegas que queiram participar amanhã, estará lá o Ver. André Carús, presidindo a Comissão, e nós, Vereadores – Ver. Oliboni, Ver. Moisés, Ver. Mauro e tantos outros –, para prestigiar esse grande momento. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos. Rapidamente, gostaria de saudar os colegas e as colegas e dizer que acompanhamos, nas redes sociais e aqui nesta Casa, o tema da educação nesses últimos dias, em plena efervescência. Soubemos que os Vereadores têm mantido contato com as direções das escolas, inclusive acompanhamos pela imprensa que o Ver. André Carús, a Ver.^a Comandante

Nádia e o Ver. Idenir Cecchim foram visitar escolas, ouvir os professores e as direções. Não posso deixar de citar o colega Matheus Ayres, que também visitou várias escolas a respeito das novas rotinas. Ouvimos muitos pais, alunos e professores nesses dias e encontramos materiais como este na Lomba do Pinheiro e em várias escolas. (Mostra cartaz.) Tendo em vista esses materiais, faço um apelo aos responsáveis por eles: por favor, não transformem o tema da educação em uma briga político-partidária, jogando pais e alunos contra administrações, e professores contra Governo. Os únicos atingidos, as vítimas são os alunos, as crianças. Obviamente, esses materiais não têm assinatura. Dizem que não haverá lanche para as crianças, que vão diminuir de maneira considerável o tempo dos alunos com os professores, que os alunos de quatro anos estarão junto com os de dez, onze anos. Isso é de uma maldade tremenda! Quero colocar à disposição dos Pares alguns áudios infelizes que recebemos, mas eu não quero julgar toda a categoria. Todos sabem que a minha família toda é de professores. Mas há áudios de professores que chamaram pais para colocá-los contra a Administração. No áudio diz assim: “Agora, quem vai ressarcir o meu dinheiro? Eu, há dez anos, no meio do turno, os alunos eram liberados, comprei um pacote de pilates!” Isso foi dito por uma diretora, eu tenho o áudio. Os professores vieram a esta Casa com receio de retaliações, pediram que eu não repassasse, mas para os Pares está à disposição, eu posso mostrar o áudio. Então, não façam isso! Eu sei que a maior parte dos professores não quer isso. Por favor, não usem o tema, tem uma estrada de acertos; se faltar servidor, o Secretário Adriano já deixou claro que é o momento de se discutir: “Olha, precisamos de um servidor a mais para que possamos implementar as rotinas.” Vamos construir, porque, se nós utilizarmos algo tão importante como a educação para um campo de batalha político-eleitoral, não importa partido A, B, C ou D, o atingido é o aluno, é a criança. Eu faço um apelo: nós queremos mudar a educação, acho que todos nós temos esse entendimento. O Secretário Adriano está visitando as escolas. Ver. Paulo Brum, falei com o Secretário hoje pela manhã, ele estava numa escola, indo para outra escola. Vamos achar o entendimento. E que os diretores, os professores ajudem nesse contexto. Vamos isolar o populismo e essas pessoas que estão fazendo esse tipo de maldade e sem assinatura.

Para finalizar, eu queria dizer para o Ver. Oliboni que foi importante a sua manifestação. A sua assessoria já disponibilizou a relação dos contatos do Poder Executivo, Secretário, e vou lhe entregar em mãos agora. Essa era a minha manifestação. Enquanto o Secretário Adriano tratar o foco principal que é o aluno, o fim dessa situação de os alunos passarem de ano sem saber a matéria e melhorar os índices da educação, nós estaremos acompanhando muito de perto esse trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pelo canal 16, público das galerias; quero cumprimentar o pessoal do esporte, o nosso amigo Airton, que está sempre envolvido no esporte, o Airton foi campeão lá no campeonato noturno na Safira. Parabéns ao time da Safira!

A pauta de hoje é falar sobre o esporte. Como todos sabem, eu faço parte do bloco dos independentes – Ver. Tarciso, Ver. Thiago, Ver. Pujol, Ver. José Freitas, Ver. Medina, Ver. Paulinho Motorista e Ver. Airto Ferronato. Nós fomos procurados, há alguns dias, por um pessoal preocupado com o esporte, com a Secretaria Municipal de Esportes – professores, universidades e também o Ver. João Bosco Vaz, que tem um trabalho forte com o esporte amador, todos preocupados... Inclusive eu recebi um comunicado falando da extinção da Secretaria Municipal de Esportes. Também as ligas de futebol, nós temos diversas ligas, Ver. Tarciso, também uma pessoa muito ligada ao esporte, as ligas de esporte nos procuraram preocupadas com os campeonatos que acontecem na Cidade, como os campeonatos de veteranos, de máster. O pessoal está preocupado com essa mudança, todo mundo está preocupado com a possível extinção da Secretaria Municipal de Esportes.

Na verdade, nós votamos, no início do ano, a extinção do cargo de Secretário – se eu estiver errado, peço ao Líder Moisés que me ajude –, não a extinção da Secretaria Municipal de Esportes. Como estamos sendo procurados por várias entidades e pessoas preocupadas com o esporte, pedimos ajuda ao Vice-Líder Ver. Moisés para uma reunião com o Coordenador da Secretaria Municipal de Esportes, Celso Piasiski, que esteve reunido hoje com o nosso bloco dos independentes, para esclarecer a situação da Secretaria Municipal de Esportes. Ele nos garantiu que a Secretaria não será extinta, e todas as políticas públicas do esporte e recreação serão mantidas. A única alteração, o único projeto, segundo ele, que vai ser modificado, mas não será extinto, é o Esporte Dá Samba, que será transferido da Secretaria Municipal de Esporte para a Secretaria da Cultura. Os demais projetos que temos, como o Brincalhão, o futebol amador, as ligas de futebol, os campeonatos de várzea e todos os projetos que a Secretaria Municipal de Esportes tem serão mantidos. Ele ainda não tem os detalhes de cada um desses esportes, como será, mas nos garantiu que a intenção é manter todas as atividades da Secretaria Municipal de Esportes. Falo isso para tranquilizar o pessoal dos esportes que têm nos acompanhado; o Coordenador dos Esportes esteve reunido conosco e se colocou à disposição de todos, dizendo que manterá todas as políticas públicas.

Também quero aproveitar a fala do Ver. Moisés neste meu último minuto para falar a respeito desses fatos e panfletos que põem a população contra a Prefeitura. Eu também acho isso muito ruim, Ver. Moisés, inclusive pessoas que desvirtuam a votação. Fui acusado por muitos de votar contra os trabalhadores, de votar contra o funcionário público, de votar um projeto de parcelamento do salário dos funcionários públicos, o que é uma verdadeira falácia. Isso é uma mentira, e essas pessoas que saem por aí mentindo depois vêm aqui descaradamente pedir apoio de Vereadores. Acho que essa política da polarização entre um e outro, ou é a favor ou contra, ou é do bem ou do

mal, já está comprovado, no nosso País, não leva a lugar nenhum, só leva ao mal. No momento certo, essas pessoas acabam sendo desmascaradas. Ninguém votou projeto, eu não conheço nenhum projeto desta Casa de parcelamento de salários. Aqueles que querem fazer política mentindo, dizendo, procurando, fazendo panfletos, esse tipo de política não leva a lugar nenhum. Eu assumo o que voto, venho a esta tribuna, não tenho medo de tribuna, não tenho medo de galerias lotadas. Mas, com esse tipo de política, Ver.^a Nádia, jamais concordarei. Nós temos que assumir o que fazemos, e as pessoas têm que fazer o discurso conforme aquilo que acontece nesta Casa. Jamais votei e jamais votaremos projeto desse tipo. Nós votamos um projeto da Ver.^a Fernanda, do PSOL, que é uma mentira, porque os salários dos servidores têm prazo e data marcados na Lei Orgânica do Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara; na semana passada, eu comentei aqui que aguardaria o momento propício para dar um retorno com relação à notícia que saiu relacionada ao meu trabalho. Confesso para vocês que, para mim, foi um momento profundamente delicado. Primeiro, pela minha opção – uma opção a que cada Vereador tem direito – de lutar por uma causa tão difícil que é a causa dos animais. Grande parte da população e, inclusive, muitos políticos, imaginam que é uma causa leve, de situações fáceis, que basta doar cachorro ou estar cuidando de animais. Pelo contrário: é uma causa cujas leis ainda são muito precárias, e em que há muita criminalidade. Eu trabalhei diversas vezes junto com a polícia; a Brigada Militar, a Polícia Civil, até a polícia à paisana me ajudaram em muitos casos como esse. Na semana passada, foi noticiado, e eu devia este esclarecimento aos colegas de forma muito cordial, Ver.^a Mônica Leal, nós que somos amigos há bastante tempo. Eu tive acesso, no dia de hoje, ao inquérito concluso da polícia, que pede pelo arquivamento da situação que eu passei lá no Lami. Diz no inquérito que não se encontra a autoria dos fatos e não tipifica que crime foi. Por um lado, até me alivia, porque a minha família vem passando há quase um ano por uma situação totalmente nova. A minha irmã teve que ir morar no interior, eu passei a ter que andar com segurança particular, inclusive, da polícia. Nós tivemos que mudar a nossa rotina. O meu pai foi morar no interior definitivamente, a minha irmã ficou quase meio ano. Eu enfrentei, em várias noites e dias, crimes contra animais que envolviam pessoas com boletins de ocorrências das mais diversas: homicídio, furto, porte de arma ilegal, tráfico de animais. Essa situação foi no ano passado, num momento muito difícil para mim. Eu confesso que eu trocaria não ter passado por essa situação por ter passado, se eu pudesse escolher não ter passado. Só que sei que o trabalho da polícia é difícil, é um trabalho de investigação muito competente, mas muito difícil, e, na grande parte ou numa boa parte dos casos, não se chega ao autor do crime. No meu caso, por exemplo,

como está nos autos do relatório, a câmera estava há cinco quilômetros de onde o meu carro foi alvejado a tiros, ou seja, seria uma distância como daqui à praça da Encol. Naturalmente, não tem como se identificar o autor. Se foi tentativa de furto, como a minha mãe sofreu em outubro do ano passado, quando foi levada a um minimercado por alguém armado, e nunca se chegou ao autor... Assim como qualquer um aqui que tenha sofrido um assalto, e não se conseguiu chegar ao autor. Se foi uma ameaça, uma retaliação pelo meu trabalho, à tipificação de crime não se chegou, à autoria do crime não se chegou. O que se concluiu é que o carro foi alvejado e que a situação ocorreu. E eu devia este esclarecimento aqui. Inclusive eu vou mandar, por orientação da colega, uma nota para a imprensa justamente por isso, porque, além de o crime em si ter ocorrido, houve o crime posterior ao crime: a situação da minha família, pessoas que não escolheram o que eu escolhi. Todos aqui têm filhos, pai, mãe; eu tenho mãe, tenho irmã, que convivem com a minha escolha. Eu, por exemplo, há duas semanas, por um outro caso, o caso de um indivíduo que é traficante na Vila Conceição e que assassinou um animal com um vibrador no ânus...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. RODRIGO MARONI: ...Há três semanas, por essa escolha e por essas situações, que são semanais para mim, tive que colocar um policial a dormir dentro da minha casa por três ou quatro dias, como eu tenho aqui a prova, o recibo do pagamento dele. Sei que eu transcendo, extrapolo a minha função de agente público de apenas cobrar o Executivo e isso me coloca numa condição difícil. Mas, quando há noticiário e publicam uma coisa parcial dizendo que não houve homicídio e, portanto, não houve crime, fica muito distante. Como eu falei, poderia estar alguém lá só para roubar o carro, e poderia não ser eu; poderia ter alguém lá para tentar me intimidar e não me matar, como foi conclusivo. Mas que houve crime e que houve disparos está concluído. As câmeras, infelizmente, não conseguiram registrar, porque estão cinco quilômetros do local. Mas quero dar os parabéns à polícia, que investigou; quero dar parabéns e espero ainda encontrar o autor desse...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, meu caro Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta; queria, especialmente V. Exa., que atentasse para o conteúdo da Tribuna Popular de hoje, em que foi feito um relato sobre a duplicação da Av. Tronco.

O senhor tem acesso às notas taquigráficas para poder fazer os devidos encaminhamentos, porque acho que foram colocadas de uma forma didática e muito responsável as questões levantadas aqui.

Outra questão que quero levantar é sobre a situação de quem quer empreender alguma coisa em Porto Alegre. O corpo de bombeiros é responsável pela emissão do Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio – PPCI. Hoje em dia é um caos, porque o Governo do Estado não ajuda o corpo de bombeiros a se qualificar, a colocar outras pessoas junto à corporação para fazer a emissão do PPCI. Se uma pessoa chegar às 7h ao corpo de bombeiros, ela não sabe a hora em que vai ser atendida. Se você quiser marcar uma data, você liga, mas não vai ser atendido antes de 30 dias. Imagine uma empresa que faz licitações para o Poder Público e não tem um alvará. Vocês podem imaginar o prejuízo, Ver. Cecchim, que uma empresa dessas tem? Não tem PPCI, logo não tem alvará da Prefeitura; no caso de um laboratório, não tem licenciamento da saúde. Uma coisa se encadeia na outra. A burocracia é algo fenomenal. É impossível hoje você empreender em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, são pilhas e pilhas de processos. E tem mais. A burocracia é a seguinte: se você está num edifício, chega o bombeiro e diz que precisa ver o andar de baixo. Ver o andar de baixo para quê? “Ah não, a sala do lado!” Eu acho que temos problemas mais graves do que esse que eu aponte até agora, que é apenas questão de pessoal; não é só aqui em Porto Alegre, mas em Porto Alegre é gravíssimo. Hoje à noite, tenho uma reunião com um engenheiro conhecidíssimo da Cidade que vai me relatar outros elementos. Eu acho que a Câmara Municipal de Vereadores deveria fazer uma visita ao corpo de bombeiros para pedir explicações, mas não é só o corpo de bombeiros. Na Prefeitura – já dissemos ao Secretário Ricardo Gomes –, essa invencionice que fizeram da Sala do Empreendedor e o convênio com uma ONG, com uma instituição do exterior, é outra barbaridade! Se a pessoa chegar às 14h30min, e a pessoa não estiver atendendo, não vai atender, porque o sistema cai de meia em meia hora. Duas horas e 31 minutos, a pessoa chegou lá e atendeu em um minuto. Ela não vai atender outra pessoa antes de ter passado meia hora. Isso não é um mundo real, isso é o mundo da fantasia, é mundo da agressão ao cidadão. O Estado está afundando! Porto Alegre está afundando! E os burocratas do corpo de bombeiros não atendem às pessoas! Onde está o Ministério Público do Rio Grande do Sul, que é fiscal da lei? Onde está o Ministério Público? Ausente! Para isso não existe! Agora, quando tiver questões que muitas vezes não tem nada a ver, estará presente o Ministério Público. Eu desafio o Ministério Público do Rio Grande do Sul a dizer que estou falando alguma inverdade. Eu desafio! O problema é que as pessoas têm medo de cobrar de uma autoridade, têm medo de cobrar do corpo de bombeiros, tem medo de cobrar da Prefeitura. E, diante do Ministério Público, todo mundo “amarela”. Eu não me dobrarei! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Vim corroborar aqui o que disse o colega Ver. Mauro a respeito da Secretária de Esportes: provavelmente todos os colegas foram procurados pela comissão dos professores de educação física, que estão preocupados com a extinção da Secretaria de Esportes. Nós já encaminhamos ao Presidente da CEDECONDH o pedido de uma reunião extraordinária, para essa comissão conversar a respeito das suas demandas, dos seus pedidos, das suas preocupações enquanto professores de educação física. Todos sabemos que são os professores, principalmente os de esporte, que têm todas as condições de detectar aquele aluno que tem mais capacidade de desenvolver habilidades motoras. É através do esporte que vemos as crianças e os adolescentes desenvolvendo a capacidade de perder, de ganhar e de trabalhar a questão da frustração. É através do esporte que se tiram meninos, meninas, adolescentes da rua, de situações de vulnerabilidade. Nós fazemos uma troca com aquelas crianças não indo para criminalidade e indo para o esporte, desenvolvendo habilidades que, até então, não eram desenvolvidas na escola, até porque me parece que a disciplina de educação física é opcional nas escolas de ensino fundamental e ensino médio, o que é uma tristeza. Já retiraram moral e cívica, já retiraram OSPB e estão retirando a educação artística, o esporte... Daqui a pouco, vai ter só doutrinação mesmo, o que alguns pequenos partidos ideológicos querem: fazer com que as nossas crianças sejam doutrinadas com aquela fala de “menino pode ser menina, e menina pode ser menino”, enfim, essas coisas com as quais não concordamos.

Quero dizer que estamos abertos à conversa com os professores de educação física, sabemos que o esporte retira os meninos e as meninas da vulnerabilidade social, faz com que desenvolvam habilidades que, sentados numa sala de aula, não vão conseguir desenvolver: a motricidade ampla, a motricidade fina, a capacidade de perder e de ganhar, de se frustrar, a disciplina, o trabalho em equipe. O esporte faz com que as crianças possam ser adultos que realmente produzam na nossa Porto Alegre, no nosso Estado e no nosso País. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero aproveitar, nestes cinco minutos em Comunicações por cedência do colega João Carlos Nedel, para falar sobre duas visitas importantes que fiz na semana passada. Uma, ao diretor da SMIC, onde fomos levar algumas ideias sobre o Centro Histórico e, também, ver com ele a possibilidade de externar algum assunto em relação àquela área. Saí de lá muito contente, porque já há um estudo, uma triagem no Centro da Cidade para ver que tipo de desenvolvimento se atribui hoje ali, e o que se pode fazer para reorganizar o Centro, em todos os sentidos. Nós temos um Centro bastante heterogêneo, com várias inclusões e não inclusões, mas saímos satisfeitos. Parece que existe um projeto do Governo para dar uma bolsa àqueles que querem se capacitar a

alguma atividade, uma bolsa-alimentação para se deslocar até o curso de qualificação. Posteriormente, a SMIC tomará uma decisão no quesito social com a Brigada Militar, a Guarda Municipal e a FASC, depois que tiver um grande levantamento do Centro. Acho isso muito importante, não se tira à moda louco, não se tem mais condições disso. Tem que se dar condições às pessoas que querem trabalhar, qualificando-as para aquela função.

Eu gostei da ideia, Ver. Oliboni, porque já existe esse trabalho e, posteriormente, se complementou. Eu apresentei dois projetos. Um deles é de banheiros na Cidade, porque as pessoas estão urinando na frente das lojas, no costado dos prédios, portanto, proliferar, pelo Centro da Cidade, pelo Centro Histórico, mais banheiros. No mundo inteiro, é colocado diretamente no esgoto, ou seja, não volta mais, vai, e estou fazendo um projeto dessa natureza. Outro projeto é para valorizar a Esquina Democrática para as atividades artísticas, para os cantores, enfim, para aqueles conjuntos, junto com as entidades, valorizando-os e, ao mesmo tempo, regrando aquela esquina, que é muito importante. Colocando, portanto, uma organização no Centro da Cidade.

Posteriormente, fui a uma outra visita na Segurança Pública Municipal, onde também ouvi sobre projetos muito bons em parceria com órgãos como a SMIC, a FASC, também para atuar em várias regiões da Cidade. Digo aqui que, se alguma associação quiser a participação da Segurança Pública do Município para fazer uma explanação e, automaticamente, fazer alguma parceria para atuar no seu bairro, ela está tomando pé dessa situação e interagindo com essas comunidades.

Depois, eu e o Ver. Cecchim fomos à posse do Comandante do 9º Batalhão da Brigada Militar, Coronel Amorim. O Coronel Amorim, Cecchim, é uma grande aquisição para essa região do Centro da Cidade. Fiquei sabendo que ele já tomou algumas providências nesse final de semana na Cidade Baixa. Quando falo do Centro, Cidade Baixa, Menino Deus, está tudo como se fosse uma área central da Cidade. A comunidade da Cidade Baixa, os moradores estão horrorizados com a situação que acontece ali, Ver.^a Mônica, da insegurança, das drogas. Parece que o Coronel Amorim já tomou decisões nesse final de semana que chamaram atenção. Ligaram para o meu gabinete e, com certeza, para o gabinete dos senhores e das senhoras nesse sentido. E já vêm ações também no Centro da Cidade, ações fortes, regrando em algum sentido. Por exemplo, eu morei na Cidade Baixa há muito tempo, era outra época, bem diferente de agora. Mas, certo dia, fui levar a minha filha no Bar Opinião – uma casa de espetáculos de grande tradição em Porto Alegre – à meia-noite e fiquei horrorizado, parecia uma Bagdá. Depois, voltei às 5h da manhã para buscar a minha filha, a mesma situação. Aquilo me chamou atenção, Ver. Tarciso: por que aquelas pessoas permaneciam da meia-noite às 5h da manhã naquele mesmo local? Não entravam no Opinião, nem em bar nenhum, não consumiam; traziam de casa, muitas vezes, isopores e ali acampavam. Às 5h da manhã, passam ônibus que vão para Viamão ou para outras regiões e levam aquele pessoal. Quer dizer, se tornou uma coisa corriqueira. A comunidade não aguenta mais, tem que haver um regramento, o Coronel Amorim já está atuando naquela região, vai atuar no Centro, em parceria com outras Secretarias. Naturalmente, nós temos aí a

visualização de uma mudança radical no Centro da Cidade, na Cidade Baixa, no Menino Deus, toda essa região que compete ao Coronel Amorim; é uma grande aquisição. Tenho certeza de que Porto Alegre terá do Comandante Amorim uma ação forte no Centro da Cidade. Ele vai, sem dúvida, modificar essa região para o bem, para toda a sociedade porto-alegrense. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos os que nos assistem; vários colegas falaram sobre esporte, sobre educação, e isso me fez vir à tribuna. A gente tem que ser justo. No ano retrasado, o Ver. Reginaldo Pujol era o Presidente da Comissão. No ano passado, eu fiquei com a presidência, no outro mandato, e acompanhei a linha do Ver Reginaldo Pujol de visitar praças e escolas. Também neste mandato agora estou fazendo isso. Nós visitamos várias escolas, várias praças, vários campinhos. Lembro que, no ano passado, estive no Morro da Cruz, e nós estivemos vendo esse campinho, toda a Comissão, e fizemos um Pedido de Providências ao Governo, aos órgãos competentes naquele momento, porque era um absurdo as crianças jogarem numa única área de lazer que eles tinham, mais de 120 crianças praticando esporte ali, e a vizinhança toda reclamando, porque as bolas batiam nas janelas. Ninguém pode dizer que vai chutar no ângulo, senão muitos times não estariam como estão hoje, e todos os jogadores seriam o Neymar.

Mas eu não posso botar a culpa neste Governo, porque ele está entrando agora. Nós fomos buscando todos aqueles Pedidos que fizemos, passando nas escolas, visitando os campinhos e as praças para, depois, nós levarmos esses Pedidos para os órgãos competentes do teu Governo, Moisés. Aí sim, no final do ano, a gente pode vir aqui falar alguma coisa. Eu quero ser justo nisso também.

Eu tenho um projeto do *kit* escolar gratuito para a rede de ensino municipal. Eu já liguei para a Secretaria de Educação, e me disseram que em abril será entregue o *kit* do material escolar. Isso nos deixa muito contentes, porque a gente sabe que, neste Brasil afora e, principalmente, em Porto Alegre, a maioria dos alunos precisa desse *kit* escolar para a aprendizagem. Sobre o esporte, estamos buscando todas as pracinhas, todas as quadras poliesportivas, melhoria nos morros e nas periferias. Eu trabalhei 16 anos com escolinha de futebol em vários lugares – no Sarandi, na Ponta Grossa, no Chapéu do Sol – e vi como é difícil. A gente sabe que nada é fácil neste País. A minha vida foi difícil também; no início, foi muito difícil, eu tive que pular muro e matar um leão todos os dias para chegar onde cheguei. Eu tenho certeza de que vai haver um olhar maravilhoso deste Governo para a educação, para o esporte e para a cultura, porque isso

é a formação das crianças e dos jovens para se tornarem adultos, cidadãos equilibrados. Não somente cidadãos, mas cidadãos equilibrados. É isso que todos nós estamos buscando; nós, Vereadores, fiscais desta Cidade buscamos para Porto Alegre, esta Cidade que nós tanto amamos. Esta é a busca. Vamos cobrar, sim, do Governo; quando chegar a hora da cobrança, vamos cobrar, e eu vou ser o primeiro a vir aqui cobrar. Quando fizer coisa boa, eu vou ser o primeiro a estar aqui aplaudindo. Sou independente. Sendo ou não Governo, eu vou estar aqui aplaudindo, porque tudo o que é feito de bom para a Cidade, para as periferias e por essas pessoas que tanto precisam eu vou estar aplaudindo. Por isso eu estou na política, para aplaudir as coisas boas feitas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: ...O pessoal da comissão está aqui, o Matheus, que é da Comissão; nós vamos, neste ano, trabalhar bastante, buscar bastante as demandas, tentar solucionar. Nunca somos cem por cento, mas vamos procurar sempre os cem por cento. Eu acho que é importante isso para o povo de Porto Alegre. Quero agradecer e dizer que eu estou aqui para trabalhar, não estou aqui para brincar ou para responsabilizar A ou B. Responsáveis somos todos nós. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0383/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 028/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga os vereadores e o prefeito a atender aos animais em estado de risco de morte.

PROC. Nº 0629/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/17, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera o inc. IV do § 5º do art. 52, o § 1º do art. 54, o caput do art. 55 e o caput e os incs. I e II do § 2º, o caput do § 3º e os incs. I e II do § 4º do art. 56 e revoga o parágrafo único do art. 55 na Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo sobre procedimentos relativos aos pareceres das Comissões.

PROC. Nº 0637/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que altera os incs. II e III do caput do art. 148, os §§ 3º e 4º do art. 180, o § 1º do art. 201 e os incs. I e II do caput e o § 4º do art. 227 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, modificando o funcionamento das sessões plenárias de quartas e quintas-feiras.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2358/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 231/16, de autoria do Ver. Dr. Thiago e outro, que declara como Área de Preservação Permanente (APP) parcela da propriedade situada na Estrada Retiro da Ponta Grossa, 4102.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; na semana passada, foi apresentado nesta Casa e já correu duas Pautas um projeto que eu trouxe a esta Câmara que libera a cerveja nos estádios de futebol. Agora mesmo, o Ver. Cassiá Carpes trouxe um exemplo do que ocorre num bairro da nossa Cidade. Eu já tive alguns debates com um promotor que discute este tema. Um promotor, em vários países civilizados, ele é eleito pela população. O promotor está lá para defender os interesses do povo. Nessa questão de liberar ou não bebida nos estádios de futebol, eu vejo que a Promotoria faz o papel de uma minoria. Ela não está defendendo a maioria, ela não está defendendo as pessoas que querem ter o direito de sentar num estádio de futebol, junto com a sua família, junto com os seus amigos, assistir ao espetáculo e poder tomar uma cerveja – o projeto fala em cerveja – no início da partida, no intervalo da partida. O Ver. Mendes Ribeiro apresentou uma emenda dizendo que é até o intervalo da partida; depois não permite mais que se venda a bebida. A Constituição permite que a pessoa beba, permite que a pessoa tome. Na Copa do Mundo, se permitiu que as pessoas bebessem. E na maior vergonha da história do futebol brasileiro, Ver. Tarciso Flecha Negra, quando o Brasil tomou sete gols da Alemanha, as pessoas bebiam e ninguém saiu quebrando nada. Nesse último final de semana teve luta, o MMA, e as pessoas bebiam. Estavam lá os competidores lutando dentro do octógono, e as pessoas bebendo. Se vai num jogo de vôlei, as pessoas bebem; vai num jogo de basquete, as pessoas bebem. Pastor Medina, eu sei que a sua religião não permite isso, mas está em todos os esportes. Vai num *ralli*, as pessoas estão na beira da pista vendo o *ralli* e bebendo. Aí vem a hipocrisia de dizerem que num campo de futebol as pessoas não podem beber, porque podem brigar! Mas as pessoas brigam até por um assento, as pessoas brigam porque a outra levantou. Não é a bebida, senão teríamos que proibir a bebida em tudo quanto é lugar durante o horário dos jogos, até porque tem pênalti que não é pênalti, tem falta que não é falta, e as pessoas estão todas no boteco tomando uma cerveja, pegando no pé um do outro, e aí teria uma pancadaria

generalizada neste Estado, porque este Estado é Gre-Nal! Ou é Grêmio, ou é Inter, como eram maragatos, ou chimangos. Então, teríamos que proibir a bebida em horário de jogo em qualquer lugar, até dentro de casa. A única briga que teve no Gre-Nal, que não tinha bebida, foi na torcida mista, e foi um casal, porque o cara olhou para onde não deveria olhar, e aí deu briga na torcida mista. Não é o álcool. Isso é uma hipocrisia. Liberou durante a Copa do Mundo, porque a FIFA chegou aqui e disse assim: “Só vai ter Copa se tiver bebida!” E liberou! Agora querem tirar o direito das pessoas de poderem beber.

O Ver. Cassiá Carpes narrou aqui o que acontece num bairro de Porto Alegre, onde os jovens, por lei, são proibidos de comprar bebida nos estabelecimentos. Eles não consomem, Ver.^a Comandante Nádia, não consomem. Se a senhora entrar em qualquer bar da Cidade Baixa, qualquer restaurante, eles não consomem bebida, mas eles chegam com seus isopores, com seus combos. Então, nós temos que parar com a hipocrisia! Não pode proibir um torcedor, não pode proibir uma pessoa de chegar num estádio de futebol e tomar o seu copinho de cerveja. Não pode proibir a pessoa que vai ao futebol tomar o seu copo de cerveja, porque, se ele for ver uma luta de boxe, se ele for ver um MMA, se ele for ver um jogo de basquete, um jogo de vôlei, se ele for ver um rali, se ele for ver qualquer outro esporte, lá ele pode beber. Existe esse preconceito contra o esporte mais popular deste País, existe um preconceito contra o esporte que os trabalhadores, esse povo de baixa renda, consegue frequentar, que é o futebol. Eu tenho certeza de que nós vamos barrar esse preconceito. O Ministério Público é para representar o montante da população, não para punir o montante da população, porque uma minoria não sabe se comportar. E pode muito bem, através dessa receita, ampliar a fiscalização e a guarda dentro dos estádios de futebol. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; na discussão preliminar de Pauta, nós temos três projetos da maior relevância. Quero sobre os três, ainda que rapidamente, fazer alguns comentários. Isso não obsta que, mesmo admitindo que eu possa, de certa forma, estar contrariando o Regimento, subscrever inteiramente o pronunciamento do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, que, de certa forma, anuncia para amanhã a publicidade da agenda da Comissão a ser desdobrada ainda neste semestre. Obviamente, como sou Vice-Presidente, estou inteiramente solidário e subscrevo o seu pronunciamento. Quanto aos três projetos, eu devo dizer o seguinte: relativamente àquele que cumpre hoje o último dia de discussão preliminar e que, por conseguinte, esta é a última oportunidade que eu tenho para sobre ele me manifestar, eu quero informar que concertei com o Ver. Dr. Thiago uma reunião especial com os moradores da área da Estrada Retiro da Ponta Grossa, para debatermos a respeito da proposição

dele e, penso, a do Ver. Marcantônio também, sobre a declaração de Área de Preservação Permanente em parcela da propriedade situada na Estrada Retiro da Ponta Grossa, 4.102. Para os mais antigos, eu digo que é a área antiga da Rádio Farroupilha; parte dela, sabidamente, um banhado sem condições de ser utilizada para habitação popular. Vamos nos aprofundar sobre isso, a matéria vai agora, seguramente, para a Comissão de Constituição e Justiça. Durante esse período, faremos as reuniões com a comunidade que combinamos com o Ver. Dr. Thiago. As outras duas propostas são uma de autoria do Ver. Idenir Cecchim e a outra oriunda da Comissão de Constituição e Justiça. Quero desde logo acentuar que o Projeto de Resolução nº 002/17, oriundo da Comissão de Constituição e Justiça, que regra os pareceres das comissões vai ter em mim um apoiador absoluto. Aliás, penso que a grande maioria da Casa apoia essa proposta. Acho que todos os partidos políticos se manifestaram em apoio a essa proposição. Acho que a proposição é válida, é inteligente, simplifica algumas situações da Casa, evita alguns transtornos e algumas protelações com exames prolongados de matérias que, sabidamente, já deveriam ter recebido o arquivamento em condições normais.

A segunda é de autoria do Ver. Idenir Cecchim. Ver. Cecchim, eu quero conversar com V. Exa. e vou precisar conversar bem com Vossa Excelência. Porque nós, em conjunto, no ano passado, combinamos tirar das quartas-feiras e passar para as quintas-feiras a Sessão mais importante da Casa durante a semana. V. Exa. agora, confessadamente, quer regredir, quer voltar ao *status quo* anterior. Não sei, vamos dialogar? V. Exa. sabe que sou useiro e vezeiro de me manifestar nesta hora, hora da discussão preliminar. É quando devem ocorrer essas colocações, e eu as faço de peito aberto. Tenho minhas dúvidas da correção da proposta de V. Exa. não sob o aspecto regimental, que é direito líquido e certo, mas sobre a conveniência do mérito, do retorno à situação anterior. Com toda a certeza, V. Exa. sempre foi muito aberto para o diálogo, vamos discutir os prós e os contras da matéria, e, quando ela for encaminhada...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. REGINALDO PUJOL: ...e o será dentro de breve, para a Comissão de Constituição e Justiça, a gente procurará, junto com o parecer e junto com o exame, oferecer alguma contribuição, se tal for necessário. De repente, a persuasão do Ver. Idenir Cecchim, a sua tradicional habilidade podem me demonstrar que é melhor esse retorno do que manter a situação como está. Manter alguma situação equivocada, se for o caso, é erro, e dois erros não fazem um acerto. Então, se for o caso, voltamos atrás. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; em discussão de Pauta, muito interessante nós analisarmos, como já fez o Ver. Pujol, esta questão dos projetos. O primeiro projeto, não vou entrar mais no mérito, porque ele é inconstitucional. O Ver. Maroni tem seguidamente tomado posições aqui, o que faz com que nós possamos bloquear... Não podemos mais concordar com projetos como proibição de rinhas de galo, o que já é proibido desde 1962, época de Jânio Quadros, prisão perpétua, que nós sabemos que, no Brasil, não existe; então, não vamos tratar de coisas inconstitucionais. Há duas semanas, eu entreguei aos presidentes de comissões uma reivindicação para que nós pudéssemos ser um pouco mais rigorosos na apreciação das comissões, principalmente na CCJ. Além da minha pretensão, ouvi aqui vários colegas no mesmo sentido: nós queremos que a Casa tenha mais agilidade nos processos e os projetos venham para a Sessão, para que possamos discuti-los amplamente, mas com constitucionalidade, o que nos dará razão de debatê-los e, conseqüentemente, expor os motivos do “sim” ou do “não”. O PR é o de nº 002/17, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. O Ver. Mendes Ribeiro muito bem acolheu as nossas reivindicações e entendeu o clamor desta Câmara, deste plenário de debater e lutar por questões constitucionais. Quando nós deixamos passar, numa Comissão, um projeto que não é constitucional, ou atinge a Lei Orgânica do Município ou o Regimento da Casa, prejudica o nosso trabalho e dá a impressão para a sociedade de que nós não estamos falando a verdade ou estamos tratando de coisas que não amparam a nossa comunidade ou a nossa Cidade. Então, é muito bem-vinda, neste momento, uma rigidez maior nesse aspecto, como as que tratam de pareceres das comissões permanentes e das comissões conjuntas desta Casa, cujas redações atuais geram, salvo melhor juízo, algumas incongruências no que se refere ao processo legislativo. Aquilo que for inconstitucional ou não tiver parecer de comissões que legitimem a sua vinda para este plenário, que é soberano, Ver. Dr. Goulart... Nós temos certeza de que, ao trazer o inconstitucional, ou que fere a Lei Orgânica, ou que fere o Regimento para este plenário, perderemos tempo e daremos a impressão de que estamos trabalhando bem, mas não estaremos trabalhando bem. Portanto, essas mudanças têm o nosso apoio, porque nós queremos debater o que é constitucional e o que é possível fazer pela cidade de Porto Alegre. Nós não podemos aceitar projetos de natureza confusa, o que prejudica o andamento do plenário e da Casa. Também fico muito satisfeito com o projeto sobre a troca da quinta para a quarta-feira. Entendemos que é importante. Podemos deixar uma brecha, por exemplo, para que tenhamos a Ordem do Dia na quarta-feira e, numa exceção, passar para a quinta-feira. Nós podemos debater isso.

O outro projeto com a assinatura do Ver. Dr. Thiago e do Ver. Luciano Marcantônio é importante e tem condições de ser votado. Desde já, meus parabéns principalmente ao Ver. Mendes Ribeiro, da CCJ, que começa a tomar posições para que

nós possamos dar condições ao bom debate, legal, aqui no plenário, que é soberano. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; na realidade, pedi este tempo para explicar ao Ver. Pujol esse projeto de resolução para mudar de quinta para quarta, ou de quarta para quinta. Por quê? Porque nós temos todas as Sessões retransmitidas, reprisadas, repassadas sempre, e as comunidades que vêm aqui na Câmara preferem as quintas-feiras, que é o dia que tem TV ao vivo. Para nós, sendo ao vivo ou não, as Sessões são reprisadas várias vezes, mas as comunidades que vêm aqui na Câmara fazem questão de avisar os vizinhos, os compadres, a associação que estarão na TV ao vivo. É por isso que é muito importante que voltemos ao que era no ano passado. Segunda-feira e quarta-feira com Ordem do Dia, e quinta-feira deixamos para as temáticas e para a Tribuna Popular, para que seja ao vivo. Para as comunidades que vêm aqui uma vez por ano, ou duas, quiçá, vamos dar a oportunidade de assistirem à própria apresentação pela televisão, ao vivo, e avisarem seus filhos, seus vizinhos para gravar o programa. Acho que isso é importante e bom para nós mesmos, para que comecemos as votações na segunda e não demoremos até quinta-feira para continuar. Vamos fazer, nas segundas e quartas-feiras, a Ordem do Dia, como era feito até o ano passado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu não estava aqui, mas quero pegar depois para escutar a fala do Ver. Cassiá, de que eu já soube mais ou menos. Eu não quero falar em cima do que eu não sei, mas de comentários; e eu, mais ou menos, imagino. Com todo o respeito, a gente tem uma relação absolutamente diplomática e educada entre nós. Eu respeito a tua opinião, assim como acredito que o último direito que a gente tem a perder em qualquer situação, inclusive aqui no Parlamento, o que me faria renunciar, é a liberdade de falar, de divergir e de ter a própria opinião. Eu me lembro do meu pai, quando eu era criança, quando tinha cinco ou seis anos, talvez estimulando a minha auto-estima, dizendo para mim: “Olha, tu podes perder tudo, mas só faz aquilo que teu coração manda e que é de verdade.” Eu não sei o que tu falaste, mas imagino que um conjunto de pessoas tem opinião parecida com a tua. Eu não tenho nenhum problema em, muitas vezes, me isolar politicamente dentro da Câmara por romper protocolos, romper, inclusive teoricamente,

a constitucionalidade da Casa. Sempre manifestei isso, porque acho que aqui não é um ambiente meramente protocolar e burocrático. Se esta Casa fosse cumprir só o seu papel no efetivo, talvez nós nem precisássemos existir. Se fôssemos fazer uma consulta popular, talvez a eliminação da Câmara fosse a última a ser percebida. Eu, particularmente, tenho certeza de que, se formos perguntar para a população, 90% não sabe nem a serviço do que está a Câmara Municipal. Provavelmente, um percentual não menor não lembre nem em quem votou nas últimas eleições, isso é reflexo da função. Eu não quero desqualificar a Casa ou desqualificar os meus colegas, pelo contrário, sei que tem gente que trabalha arduamente aqui dentro, mas, entre o que se discute e o que chega na ponta, provavelmente não é 1%. Queria que tivesse essa pesquisa, Carús, a gente poderia encomendar isso. Os meninos do NOVO deram essa ideia muito boa. Verdadeiramente falando, não é do NOVO, é do MBL, do Revogaço, lá em São Paulo. Acho que a gente poderia fazer uma pesquisa dos projetos de lei que passam por esta Câmara e, efetivamente, chegam na ponta. Projetos constitucionais, projetos votados pela maioria, projetos que são unânimes dentro da CCJ, e o que chega na ponta, na população mesmo. Tenho convicção de que não chegaria a dois, três por cento. Isso para vocês verem como é subjetiva a análise política de cada um aqui. Agora, isso não vai me tirar o direito de defender o que acredito na política, Dr. Goulart. Uma vez, falei aqui que prefiro ter 50, 100 mil pessoas sensíveis ao tema que defendo a ter um projeto aprovado. Pessoas que possam perceber com essa teórica visibilidade que temos aqui, pela TV, por pessoas que nos procuram, por transmitir uma opinião teoricamente pública e que representa o interesse, que tenha mais pessoas que sejam sensíveis. E esse papel eu acho que eu tenho feito bem. Não que eu seja um bom Parlamentar, não que eu seja um grande Vereador, não que eu seja um grande político, mas eu tenho convicção de que, como protetor de animais, estou fazendo tudo o que eu posso e o que eu não posso fora, e muito mais fora daqui! Aqui talvez realize 1% do meu trabalho. Quando propus esse projeto de lei que, provavelmente, vão questionar a constitucionalidade, dizer que é palhaçada, eu quero dizer mais uma vez que foi bem pensado e calculado que isso aconteceria. E por que eu fiz isso, Comandante Nádia, mesmo que vote contra mim de uma forma positiva? Porque da mesma forma que o hospital público, que é constitucional, deveria estar funcionando e não está, está parado, da mesma forma que ele foi construído como mais uma obra pública, um elefante para o qual não se achou saída, os políticos que fizeram por diminuir a Secretaria têm que ter alguma responsabilidade sobre isso. Esse era o meu objetivo. Quem votou aqui pela extinção da Secretaria dos Animais e quintuplicou o meu trabalho na rua, porque, infelizmente, lá não tem uma CCJ às três da manhã dizendo: “Maroni, não vai atender nenhum cachorro atropelado, porque não tem ninguém para atender. Nós vamos colocar em votação aqui se tu atendes ou não atendes.” Lá não tem Procuradoria para me dizer: “Um cachorro levou um tiro, isso aí não é constitucional, não é meu papel.” Lá é vida ou morte. Eu acho que não é responsabilidade só minha por eu ser protetor, Ver. Dr. Goulart. Aí sim eu quero chamar atenção para a causa animal e para as vidas que estão atrás disso, essas vidas que acabam todos os dias. Quantas mortes ocorreram? Se tivesse essa pesquisa, veriam que meu trabalho teria triplicado de janeiro, quando a SEDA foi extinta, até

agora. Coloco em debate e discussão esse meu projeto, entendeste, Cassiá? Espero que algumas pessoas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO: Em 1ª Sessão de Pauta, Ver. Oliboni e Ver. Cassiá, o projeto do chamado precedente legislativo. O que é isso? Em situações na qual não é competência da Câmara legislar, a Câmara não deve legislar, não pode legislar, é inconstitucional. É inconstitucional a Câmara obrigar alguém, Prefeito ou Vereador, a fazer determinada situação, Ver. Dr. Goulart. O senhor, como eu, é médico, tem atendimento comunitário, eu aprendi com o senhor. Eu não posso obrigar outros colegas Vereadores a fazerem isso. Então, em situações penais, Professor Wambert, não é nossa competência legislar.

Eu vou ter que falar no projeto do Ver. Rodrigo Maroni. Se determinado animal for estuprado, a pena é essa, a pena é aquela; isso não é nossa competência, isso é matéria privativa do Congresso Nacional, é matéria penal. Não é competência concorrente. Quando há competência concorrente, a Câmara pode se manifestar. Quando há a questão do tal vício de iniciativa, é diferente, há uma discussão se a iniciativa é do Executivo ou do Legislativo. Aí nós podemos discutir se há como legislar. Agora, existem situações que são escatológicas, em que nós não temos a competência nem a possibilidade de legislar. Então, vamos passar um período de desgaste discutindo essas questões.

A votação que vai ocorrer aqui, esse é um projeto da maioria da CCJ, é a abertura do precedente legislativo. O que quer dizer isso? Quando a Procuradoria observar que existe esse tipo de situação, esse precedente legislativo vai ser evocado. Claro que o Vereador que se sentir prejudicado nesse processo e quiser discutir, ele pode, por uma manobra regimental, recorrer da decisão da Procuradoria e da própria CCJ, da Presidência, e trazer essa discussão para o plenário. Existe um artigo no nosso Regimento que prevê isso, mas esse projeto não vai estar em Pauta, esse projeto vai estar antes da Pauta, ele não vai entrar na Pauta, então, não vai ser responsabilidade do conjunto dos Vereadores essas matérias escatológicas. Eu acho muito importante isso, porque evita constrangimentos. Eu, às vezes, posso me sentir constrangido com determinado projeto que não é para ser discutido neste Parlamento, que não tem este Parlamento como fórum para discussão. Esse é o precedente legislativo; não são situações de vício de origem, não são situações de competência, ou seja, projetos que possam ser de legislação municipal... Situações de trânsito, por exemplo, nós sabemos que são matérias federais, aprendi com o Professor Wambert, mas a EPTC é municipal. O comportamento do azulzinho pode ser disciplinado por esta Casa, por exemplo, mas a

matéria de trânsito não. Conforme for a colocação do projeto, se ele tratar de matéria exclusiva federal, vai ser evocado o precedente legislativo, e esse projeto vai ficar com esse vício completo de tramitação. Ele vai ter que tramitar, caso o Vereador insista, é um direito de cada Vereador, por uma via fora do rito normal da Casa. É isso que...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h48min.)

* * * * *